

EDITORIAL

Estado, proteção social e serviço social

O Volume 08, Número 01 (2025) da Revista Serviço Social em Debate nos convoca às reflexões, debates e ações em torno das políticas de educação, saúde e proteção social, áreas absolutamente disputadas pelo projeto societário privatista que visa tornar direitos sociais duramente conquistados em mercadorias. Neste contexto, a população brasileira, atravessada pelos marcadores sociais de gênero, raça/cor/etnia, classe, território, condição física, escolaridade, idade, religiosidade dentre outros, terá formas diferenciadas de acesso, ou não acesso, a estes direitos.

Nesse sentido, a urgência em pensar a formação e trabalho profissional de Assistentes Sociais ocorre neste volume de forma oportuna. As atribuições e competências do Serviço Social brasileiro, sob a perspectiva do Projeto Ético Político cria condições para planejar, executar e avaliar programas, planos e projetos com base nas variadas políticas sociais em seus diversos espaços sócio ocupacionais. Conforme cita Martinelli (1994), a função social desta profissão se realiza no cotidiano da população que acessa esses espaços, da qual a particularidade de suas vidas transitam entre demandas e necessidades múltiplas que poucas profissões têm capacidade de acessar.

Importante destacar que os artigos que compõem conjuntamente esta Revista espelham a práxis contemporânea do Serviço Social brasileiro, seja no tocante à sua atuação na produção de conhecimento e formação no âmbito teórico, seja no âmbito da intervenção e atuação, ou seja na prática profissional, situando a categoria no cenário de revitalização do grande capital internacional e os rebatimentos nas políticas públicas e sociais desse país de dimensões continentais, e as contradições e desigualdades estruturais que de forma intrínseca condicionam as relações sociais no Brasil nas suas particularidades políticas, culturais e de formação sócio histórica.

No artigo “*Atribuições e competências do/a Assistente Social: revisando alguns dos elementos do debate*” Adriene Marta Zefiro de Lima Muller e Rosana Mirales abordam as habilidades profissionais, identificando o que é a referida matéria do Serviço Social e o que é o objeto de trabalho do Serviço

Social, definições fundamentais (que nem sempre são apreendidas e compreendidas pela categoria profissional) no intuito de dar nitidez à função social da profissão.

Já o artigo “*A atuação do/a Assistente Social no processo de alta hospitalar responsável na alta complexidade no SUS*”, de Samille Gardênia da Rocha Pereira e Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho, têm como base a pesquisa documental para compreender a alta hospitalar responsável como um dispositivo de promoção e integração de acesso aos serviços de saúde. Neste contexto, há o entendimento de que é necessário aprofundar o debate em torno deste tema, tanto para a Assistentes Sociais, como para equipe multiprofissional, já que são poucas as sistematizações em torno da alta hospitalar responsável no âmbito da alta complexidade em saúde.

Na proposta trazida em “*Quando tudo for privatizado, seremos privados de tudo: elementos teóricos e críticos sobre a relação entre Estado e direitos sociais a partir das especificidades da educação básica brasileira.*” somos convidados pelos (a) autores (a) André Monteiro Moraes, Cristiano Costa de Carvalho, Eliana Bolorino Canteiro Martins e Azemar dos Santos Soares a nos aproximarmos das problematizações teóricas que dizem respeito à privatização das políticas sociais e públicas, enfatizando a Educação no reducionismo do Estado como garantidor de acesso à direitos sob a égide do neoliberalismo que promove a individualização e destaca a meritocracia como marcadores ideológicos e políticos dos tempos que vivenciamos.

Consta no artigo “*Os dilemas contemporâneos do estágio supervisionado em Serviço Social nos marcos dos 30 anos do projeto profissional hegemônico*” conferida autoria de Rita de Cássia Lopes de Mendes, Lesliane Caputi, Vitoria Lemes Figueiredo e Warles Rodrigues Almeida, considerações acerca do estágio supervisionado em Serviço Social como componente elementar da formação superior de Assistentes Sociais vinculado aos atuais desafios conjunturais para a garantia da efetividade do projeto profissional hegemônico no seu caráter ético-político que, conforme lembrado nessa produção, completa 30 anos de consolidação com a culminância do processo de renovação com a chamada erupção do Serviço Social crítico no Brasil, conforme Netto (1991).

Em “*Auxílio emergencial: a ação do Estado na proteção social durante a pandemia de Covid-19*”, Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti e Fernanda Kallyne

Rego de Oliveira se encarregam de aprofundar as reflexões sobre o papel estatal em períodos de crise profundas e suas possibilidades, mesmo em meio às falhas na implementação do benefício temporário e em torno da transferência de renda no Brasil. Ao tomar como guia o arcabouço teórico do Estado de Bem Estar Social as autorias defendem a necessidade de medidas definitivas de redistribuição de renda no país.

Nos referidos artigos, que configuram a coletividade da Revista que neste momento apresentamos, estão situadas as diversas estratégias políticas que se mantêm vivas no Serviço Social brasileiro vislumbrando a pertinência crítica e defesa intransigente dos Direitos Humanos, num cenário de desafios ímpares que combinam não apenas os chamados discursos de ódio, mas também, a prática de aniquilamento de vidas sem pudor, ou algum tipo de escamoteamento dessa realidade.

A barbárie social que produz socialmente a morte, dada em contraposição ao ciclo natural da finitude humana, atravessa inequivocamente as dinâmicas sociais, que por sua vez, na disputa político ideológica são legitimadas socialmente pelo conjunto da sociedade brasileira. Nesse sentido, se faz ainda mais relevante o posicionamento crítico de Assistentes Sociais. É crucial registrar que no momento que elaboramos esse editorial estamos imersas na repercussão do recente, e sem precedente, massacre ocorrido na Zona Norte do Rio de Janeiro, mais especificamente nos territórios dos conjuntos de favelas da Penha e do Alemão. A violência letal do Estado produzida contra corpos negros e favelados não está desconectada dos condicionamentos sociais que (des) organizam essa sociedade e que fazem parte das reflexões contidas nos artigos que se somam nessa Revista enquanto proposições críticas, interseccionais e intersetoriais a partir do Serviço Social.

Na interpretação crítica da realidade social brasileira, nos interessa enquanto Serviço Social – profissão que se insere na divisão social, racial e de gênero do trabalho e na organização e reprodução social – as formas de existência e resistência na recessiva crise econômica que consolida o (ultra) neoliberalismo. O que reforça a necessária relação do Serviço Social com os movimentos sociais contra hegemônicos nos enunciados antirracistas, antissexistas e anticapitalistas.

Nesse ínterim de incorporação das análises críticas que coadunam com as prerrogativas do Código de Ética vigente (1993) e com as diretrizes curriculares para formação em Serviço Social (ABEPSS, 1996), há o apontamento para a necessidade de que Assistentes Sociais reconheçam as particularidades da questão social no Brasil como razão de ser da profissão, então o presente balanço crítico é um retrato das políticas sociais brasileiras que tem o Estado centralizado no processo de consolidação das desigualdades estruturais do sistema capitalista dadas nas relações sociais neste país. Dito isto, afirmamos que as inflexões aqui contidas fomentam e são forjadas em pesquisas e atuações do Serviço Social no Brasil contemporâneo.

Nessa entonação, finalizamos nos aproximando de Conceição Evaristo (2016) que nas suas reflexões poéticas e políticas sobre solidariedade e reinvenção social das relações humanas fortalece o imaginário coletivo na busca por algum (ou qualquer) tipo de justiça que faça sentido material ou imaterialmente para aqueles que anseiam por um novo mundo. Um novo mundo onde a sociabilidade esteja livre dos grilhões de qualquer tipo de opressão e exploração humana, esse novo mundo está por vir e é urgente, como prevê e vislumbra o Serviço Social na sua práxis socialmente contestadora, e ainda intencional e politicamente direcionada.

Prof. ^a Dra. Jussara Francisca de Assis dos Santos, Universidade Federal Fluminense-UFF, Departamento de Serviço Social.

Prof. ^a Dra. Dayana Cristina Ramos, Universidade Federal Fluminense-UFF, Departamento de Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

EVARISTO, Conceição. Olhos D'água. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1994.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 1991.